

A atualidade de Paul Kennedy no histórico jogo das grandes potências em vista da atual rivalidade entre os Estados Unidos e a China

The relevance of Paul Kennedy in the historic relation among the great world powers and the case of the current rivalry between the United States and China

Verônica Moreira dos Santos Pires¹

RESUMO

O presente texto tem como objetivo lançar luz sobre a atualidade das premissas desenvolvidas pelo historiador e professor da Universidade de Yale, Paul Kennedy. Em sua obra, intitulada *Ascensão e queda das grandes potências*, publicada em 1987, Kennedy atesta que a longevidade das grandes potências que ascenderam no âmbito da economia-mundo capitalista dependeu de como estas potências se comportaram na esfera estratégico-militar e de como preservaram suas bases econômicas e tecnológicas frente à competição e às transformações inerentes ao sistema europeu de Estados, em franca expansão, desde o século XVI. Para tanto, foram mapeadas as curvas de ascensão e de declínio do Império Habsburgo, da França, da Inglaterra e, a título de atualização, algumas nuances da atual disputa entre os Estados Unidos e a China pela primazia no sistema internacional, com base na publicação de Kennedy, no periódico *The Economist*, em setembro de 2021, abordando a relação dos dois gigantes. Ao refletir sobre os desafios enfrentados pela potência ocidental, na contemporaneidade, Kennedy não apenas contribuiu com o debate, como demonstrou a vitalidade de suas teses. E a prova de que suas reflexões permanecem atuais encontram ainda mais respaldo na nova edição da obra, sobre a qual Kennedy já se encontra debruçado.

Palavras-chave: Economia-mundo capitalista; Hegemonia; Estados Unidos; China.

163

ABSTRACT

The present essay intends to shed light on the importance of the arguments developed by the historian and professor at Yale University, Paul Kennedy, still felt in our present times. In his work, entitled *The Rise and Fall of the Great Powers*, published in 1987, Kennedy attests that the longevity of the great powers that emerged within the capitalist world-economy, depended on how these powers behaved in the military-strategic sphere and on how they preserved their economic and technological bases, especially in the face of competition and the transformations inherent to the European system of states, which has been expanding since the 16th century. To this end, the author's ideas about "rise and fall" that stems from the Habsburg Empire, France, England, was mapped and updated to our contemporary reality, expressing some of its nuances in the current dispute between the United States and China for a particular hegemony over the international system. That discussion stands based on the publication Kennedy made in *The Economist*, in September 2021, addressing the relationship of the two giants mentioned above. By reflecting on the challenges faced by the western power in contemporary times, Kennedy contributed to the debate and demonstrated the vitality of his theses. And the proof that his reflections remain still relevant can be verified by the new edition of his classical, a project on which Kennedy is working at this very present moment.

Keywords: Capitalist world-economy; hegemony, United States of America, China.

¹ Possui Graduação em História (UVA), com Mestrado e Doutorado em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Foi *Visiting Scholar* na Universidade de Massachusetts (UMass Amherst), é pesquisadora no InterAgency Institute (IAI), professora nos cursos de História e de Relações Internacionais da Universidade Veiga de Almeida (UVA) e coordenadora do curso de Relações Internacionais da mesma instituição. E-mail: veronica.pires@uva.br

Considerações iniciais sobre a historicidade das dinâmicas hegemônicas na economia-mundo capitalista entre os séculos XVI e XIX

Talvez nasçam impérios, para a felicidade e, sobretudo, para a infelicidade dos povos. Nascidos na tormenta, eles também perecerão um dia. (DUROSELLE, 2000, p. 432)

O historiador Paul Kennedy, professor da Universidade de Yale, é considerado uma referência nos debates envolvendo a dinâmica das grandes potências no sistema internacional. Sua obra magistral, intitulada *Ascensão e queda das grandes potências*, originalmente publicada em 1987, pavimenta com riqueza de dados a escalada e o declínio desses poderes desde a Idade Moderna. De forma sumariada, a publicação em tela perpassa os impérios chinês, otomano, russo e japonês, mapeando a historicidade do declínio de cada um deles, e desemboca na ascensão do continente europeu, novo epicentro das relações internacionais a partir do século XVI. Naquele momento, a Europa não apenas representou, mas protagonizou a mudança pela qual passava a economia mundial e, por assim dizer, consolidou o que conhecemos pelo abrangente título de economia capitalista. Não por acaso, a dinâmica analisada pelo referido autor atém-se às relações econômicas e a título de aporte teórico à sua pesquisa seguem as palavras de Fernand Braudel:

Sem dúvida, o capitalismo de hoje mudou de tamanho e de proporções, de um modo fantástico. Adequou-se às mudanças de base e dos meios, estes fantásticamente ampliados também. Mas, *mutatis mutandis*, duvido de que a natureza do capitalismo tenha mudado radicalmente. (BRAUDEL, 1987, p.72)

164

Na mesma direção, caminha Immanuel Wallerstein (2007), para quem o projeto civilizador europeu, fundamentado na conquista militar e na exploração econômica, tendo a América como ponto de partida, deve ser identificado como base da economia-mundo capitalista.²

Nesse diapasão, uma vez identificada a Europa como centro das relações internacionais, a partir do século XVI, Kennedy passa a acompanhar as disputas internas pelo controle do continente. Em meio às rivalidades dinásticas, é na primazia da economia, em última instância, que os Estados europeus recém-formados apostam suas fichas e, como desdobramento dessa estratégia de caráter competitivo, ascende a maior monarquia católica do continente, regida pela casa de Habsburgo. Para o autor, trata-se da primeira tentativa de estabelecer uma hegemonia dentro do continente.

Durante cerca de um século e meio depois de 1500, uma vasta combinação de reinos, ducados e províncias governadas pelos membros austríacos e espanhóis da família Habsburgo ameaçou tornar-se na influência política e religiosa predominante na Europa. (KENNEDY, 1997, p.59)

² “Está em vigor há uns quinhentos anos e expandiu-se a partir de seu *locus* inicial (partes da Europa mais partes da América) para abarcar, no século XIX, toda a Terra em sua órbita, tornando-se o único sistema histórico do planeta.” (WALLERSTEIN, 2007, p.87)

O fim do projeto hegemônico dos Habsburgos consubstanciou-se na derrota sofrida por esta casa dinástica na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). O caráter eminentemente religioso do conflito vai dando lugar a premissas geopolíticas, sendo certo o papel da França nessa mudança de perspectiva. A Razão de Estado, fundamentada na estratégia do cardeal de Richelieu, ministro do rei de França na época, traz a racionalidade desejada às relações intraeuropeias e a Igreja é formalmente afastada das decisões políticas, de acordo com os tratados assinados entre as partes envolvidas, dando início à chamada Paz de Westfália.³

O mundo westfaliano se estende pelo restante do século XVII e pelo século XVIII, com ajustes e novos arranjos, a exemplo dos acordos de Utrecht (1713-1714), evidenciando destarte a projeção francesa após a Guerra dos Trinta Anos e a derrota dos Habsburgos. De acordo com Amado Cervo:

Internamente, os europeus perceberam que a propensão para a hegemonia era constante, sucedendo-se uma potência após a outra em sua busca. Se a França de Richelieu, com seus princípios e alianças, enfraqueceu o império dos Habsburgos, a de Luís XIV teve por desígnio substituir aquela hegemonia [...]. (CERVO, 2008, p.43-44)

Marcada pelo pensamento iluminista, a França do século XVIII é palco da conhecida e festejada Revolução Francesa (1789) e da consequente expansão napoleônica, iniciada em 1799. No contexto dessa empreitada hegemônica, o ápice se dá com o movimento encabeçado por Napoleão Bonaparte o qual promovia, entre outras ações, intervenções em Estados que desafiassem os valores revolucionários franceses, sintetizados no lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Tais valores legitimariam, em tese, a destituição de governantes inimigos da Revolução a despeito da preeminência do princípio da independência dos Estados (em questões internas e externas) em relação ao princípio da hegemonia, estabelecida em Westfália.

O projeto hegemônico francês chega ao fim com a queda de Napoleão e com a subsequente resposta anti-hegemônica concebida pelas demais potências europeias, levada a cabo no Congresso de Viena, em 1815. As decisões de Viena consagram uma nova ordem internacional, denominada Concerto Europeu, segundo a qual, nas palavras de Cervo:

³ “No fim, estabeleceu-se novo tipo de regulamentação das relações internacionais em que o princípio do interesse nacional substituiu a confissão religiosa. A entrada da França na guerra, ao lado dos protestantes, favorecia o interesse nacional francês, pois permitia-lhe incorporar as regiões da Alsácia e da Lorena, além de enfraquecer o principal inimigo dos Bourbon, a casa Habsburgo da Áustria e Espanha.” (CARNEIRO, 2006, p.163)

Para maiores detalhes sobre a Paz de Westfália ver: ROMANO, Roberto. Paz de Westfália (1648). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta**. São Paulo: Contexto, 2008, p.69-92.

Em teoria, os cinco grandes (Grã-Bretanha, Rússia, Áustria, Prússia, aos quais logo se incorporou a França) haveriam de implantar a diplomacia de conferências e entender-se sobre as questões da política internacional [...], não exercer hegemonia regional nem tampouco ampliar o próprio domínio, preservando, todavia, a liberdade de mover-se pelos próprios interesses. (CERVO, 2008, p.49)

Com efeito, o Concerto Europeu carrega importantes assimetrias entre as cinco potências que formavam sua cúpula. A forma como a Inglaterra, em especial, expandiu-se pelo restante do mundo, no século XIX, conhecido como século do Imperialismo, representa uma das faces da prevalência da Grã-Bretanha sobre os outros quatro integrantes. Parte dessa assertiva encontra respaldo no pioneirismo inglês da Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, e na manutenção do mais vasto império construído até então. Vale ressaltar que, consoante com Antônio Carlos Lessa:

[...] o princípio geral do equilíbrio entre as potências e o afastamento dos projetos hegemônico, que foi ungido em Viena com o apoio dos ingleses, valia exclusivamente para a geopolítica da Europa, mas não se aplicava às esferas colonial e comercial, nas quais os ingleses tinham vantagens descomunais. (LESSA, 2011, p.56)

Diante do exposto, salvo melhor interpretação, parece apropriado destacar que a hegemonia inglesa, também conhecida como *Pax Britannica*, sucedeu com êxito o projeto intervencionista francês, interrompido em 1815, em parte devido à aposta inglesa no protagonismo extraeuropeu, preservando, assim, o formato do pacto anti-hegemônico firmado em Viena. Vale ressaltar que a exogenia não é a única característica que diferencia o modelo inglês de seus antecessores, ou seja, dos modelos implementados pelos Habsburgos e pelos franceses, mas fornece o fio condutor necessário à reflexão em tela.

Até aqui tratamos de projetos hegemônicos que ascenderam, encontraram seus limites e ruíram, no âmbito da economia-mundo capitalista. Eis a dinâmica que delineia a pesquisa de Paul Kennedy, na publicação mencionada no primeiro parágrafo deste ensaio, a qual será retomada a seguir, repercutindo sua vitalidade e sua atualidade, incluindo as grandes questões envolvendo o porvir da hegemonia dos Estados Unidos *vis-à-vis* a ascensão chinesa. A atualidade do debate ficará por conta da publicação de Kennedy, de setembro de 2021, tratando do futuro do poder estadunidense, renunciando destarte a nova edição de *Ascensão e queda das grandes potências*, sobre a qual o autor encontra-se atualmente debruçado.⁴

⁴ A publicação de Paul Kennedy faz parte da série especial do periódico The Economist, intitulada By Invitation. Nesta série, autores convidados refletem sobre vários temas sensíveis da atual ordem mundial. Um desses temas é o futuro do poder norte-americano e Paul Kennedy é um dos convidados a refletir sobre.

Mapeando padrões no movimento declinante das grandes potências segundo Paul Kennedy

[...] cada uma das potências europeias possuía uma mistura de forças e fraquezas, e a necessidade real era impedir que as segundas pesassem mais do que as primeiras. (KENNEDY, 1997, p.87)

Iniciamos nossa análise pela projeção dos Habsburgos no contexto de consolidação da economia-mundo capitalista cujo epicentro foi o continente europeu. Na sequência, acompanhamos a debacle dessa casa dinástica (1648), a posterior ascensão da França e sua respectiva derrocada (1815), assim como a edificação da *Pax Britannica* (a partir de 1815).

Nas próximas linhas, serão destacadas as análises de Paul Kennedy e de tributários de seu pensamento, com ênfase no comportamento dessas potências e na conexão entre as causas ligadas tanto à ascensão quanto à queda de seus respectivos projetos de poder.

No primeiro quartel do século XVI, o império Habsburgo não possuía equivalente em termos de extensão territorial. Ainda que sua administração tenha sido dividida entre os irmãos Carlos e Fernando, por decisão do primeiro, os demais governantes europeus viam como ameaça o excesso de poder dessa casa dinástica, conquistado através de heranças e de casamentos, e temiam o estabelecimento de um domínio continental. Daí que, nas palavras desse historiador:

[...] dada as rivalidades endêmicas ao sistema de Estados europeu, era muito pouco provável que os Habsburgos não fossem desafiados. O que transformou este potencial de conflito numa realidade amarga e prolongada foi a sua conjugação com as disputas religiosas geradas pela Reforma. (KENNEDY, 1997, p.60)

Seguindo a lógica do professor Kennedy, o fim da condição solar dos Habsburgos se verificou, como já registrado anteriormente, no marco da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), perdida para uma coalizão anti-Habsburgo, a qual reunia monarquias e Estados tanto protestantes quanto católicos, redefinindo, assim, a motivação religiosa do conflito para geopolítica. Todavia, nosso autor identifica o declínio Habsburgo como processo e não como eventual ou exclusivamente relacionado à derrota em 1648. Em sua análise, ele aponta para a interação de três fatores considerados cruciais para compreender o revés do primeiro projeto hegemônico da economia-mundo capitalista, quais sejam: as transformações nas atividades militares, a existência de diversas frentes a serem defendidas em virtude dos muitos inimigos cativados e o fracasso na mobilização dos recursos disponíveis para custear a manutenção/expansão do Império e enfrentar seus detratores. À guisa de exemplo, de acordo com o Kennedy: “Incapazes de recolher receitas pelos meios mais eficazes, os monarcas habsburgos recorreram a um conjunto de expedientes, fáceis a curto prazo, mas desastrosos para o bem do país a longo prazo” (KENNEDY, 1997,

p.82). Aqui, o estudioso se refere ao aumento, à criação e ao não direcionamento correto de impostos; à extinção de privilégios, honras e monopólios ocasionando o descontentamento das elites; à contratação de empréstimos hipotecados em receitas futuras e não garantidas.

De forma sumariada, mudanças na arquitetura da guerra, como a dilatação das fortificações e da infantaria, além das frotas cada vez mais dispendiosas, entre outros aspectos, levaram os Estados a crescentes gastos e à busca por arrecadação capaz de dar conta de tamanha despesa. No caso do *primus inter pares*, no que tange à manutenção da primazia, os custos tenderam a ser ainda maiores, uma vez que o poder é relativo, sendo mensurado a partir da neutralização de poderes rivais. Infere-se do exposto que os Habsburgos foram os mais impactados, mesmo considerando a pressão dos custos sobre as demais potências. E, assim, chegava ao fim o projeto Habsburgo; projeto este que, sob a ótica de Adam Watson, também envolvia o aliciamento do rei de França, considerado o soberano do mais poderoso Estado católico europeu fora da jurisdição dos Habsburgos. A bem da verdade, à França caberia apenas um lugar secundário no jogo de potências vigente no continente. E, como se verificou com o desenrolar dos acontecimentos, o segundo plano não seduziu o governo francês (WATSON, 2004, p.253).

Diante do exposto, não surpreende o fato de que o segundo projeto hegemônico tratado no presente ensaio interpretativo tenha partido dos franceses. Em conformidade com Kennedy: “Por ter sido a França que substituiu finalmente a Espanha como a maior potência militar, tem sido natural que os historiadores se concentrem sobre as suas muitas vantagens.” (KENNEDY, 1997, p.85)

Contudo, sob o risco de antedatar a ascensão francesa, cumpre assinalar que, no imediato pós-Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), além do quase colapso financeiro, a França ainda experimentava intrigas aristocráticas; vivenciava revoltas de camponeses, de trabalhadores urbanos e de huguenotes (franceses protestantes); enfrentava dificuldades junto ao funcionalismo; padecia com o declínio demográfico e encarava intempéries climáticas com reflexos na agricultura. O sistema era multipolar e as alianças, além de instáveis, via de regra, tinham vida curta. Aliados podiam, não mais exclusivamente por motivações religiosas, virar inimigos e o sistema permanecia sujeito à ascensão de alguns *vis-à-vis* o declínio de outros. E Watson complementa:

[...] enquanto as alianças davam um grau de coerência às políticas do campo anti-hegemônico e eram, assim, um tipo de substituto para a ordem hegemônica, não havia qualquer concepção grandiosa de coordenação, e a cooperação era uma questão de praticidade temporária. (WATSON, 2004, p.255)

Em que pese as características pouco promissoras do contexto acima descrito, a ocidente do continente, a partir de 1660, ganhava projeção o Estado francês, notadamente na esfera militar. Cumpre ressaltar que o protagonismo de França na Guerra dos Trinta Anos havia rendido a este país reputação e admiração,

acompanhadas de preocupação, por parte das demais potências europeias. Em assim sendo, o governo Francês apostou na ascensão do país.

A capacidade da França para dominar a Europa centro-ocidental foi refreada apenas por uma combinação de vizinhos marítimos e continentais durante uma série de guerras prolongadas (1689-1697; 1702-1714; 1739-1748; 1756-1763); mas foi depois remodelada na era napoleônica, produzindo uma série de vitórias militares gaulesas a que só uma coligação de quatro outras grandes potências pôs fim. Mesmo na sua derrota em 1815, a França permaneceu uma das nações dominantes. (KENNEDY, 1997, p.104)

Para além dos avanços ligados à questão militar, as potências da época também estiveram atentas à necessidade de conduzir as finanças a contento e de construir uma base econômica produtiva que trouxesse rendimentos para Estado. O desafio era manter o crédito e o fornecimento do que fosse necessário ao atendimento do interesse nacional. Daí surgia um complexo sistema bancário e de crédito que responde pela chamada revolução financeira, ocorrida entre o final do século XVII e início do século XVIII. A título de reflexão, ainda com Kennedy:

[...] o maior e mais contínuo impulso à ‘revolução financeira’ na Europa foi de longe dado pela guerra. [...] O custo de uma guerra do século XVI podia ser calculado em milhões de libras; nos finais do século XVII tinha crescido para *dezenas* de milhões de libras; e no fim das guerras napoleônicas as despesas dos contendores principais chegavam a alcançar uma centena de milhões de libras *por ano*. (KENNEDY, 1997, p.107)

169

Outra importante contribuição advinda da obra do historiador em tela diz respeito à comparação que este faz entre a França e a Grã-Bretanha, ou seja, entre as duas maiores potências do período. De partida, sugere não ser mais sustentável a ideia de que a Grã-Bretanha do século XVIII, ainda que berço da Revolução Industrial, esbanjava inexorável vitalidade e vantagem nas esferas comercial, industrial e fiscal, em relação à França. Vale registrar que, segundo o autor, a população francesa era de longe mais numerosa do que a população da ilha vizinha, que a agricultura era vasta e que as receitas e o exército de França eram inigualáveis: “Em consequência, os Bretões do século XVIII tinham uma muito maior consciência das fraquezas de seu país do que das suas forças quando olhavam para o outro lado do canal” (KENNEDY, 1997, p.109). Tal circunstância, todavia, não se cristalizou, uma vez que, como se sabe, ao projeto hegemônico francês seguiu-se a *Pax Brittanica*, o que, por si só, já repercutiu a reconfiguração do tabuleiro no xadrez do sistema internacional, no âmbito da economia-mundo capitalista.

Assim como o fim do projeto Habsburgo, a debacle da França se deu sob forma de processo, ou seja, não se resumiu à derrota de Napoleão, em 1815. E dentre os fatores do declínio, elencados por Kennedy, chama atenção os efeitos colaterais da incansável busca por novas fontes de receitas, o que responde pelo aumento e criação arbitrária de impostos, pela venda de cargos públicos e consequente desvio da função

típica desse corpo de funcionários. Outro fator não menos relevante era a existência de uma vasta fronteira cercada de vizinhos dispostos a desmobilizar a projeção francesa, em especial durante o longo reinado de Luís XIV (1661-1715), o que levou o país a investir mais em forças terrestres em vez de alavancar suas capacidades navais, consideradas essenciais tanto para a crescente expansão da economia atlântica como para a defesa e para a guerra. Como no caso dos Habsburgos, tanto a imaturidade econômica, financeira e fiscal, como a existência de várias frentes potencialmente conflituosas, também desgastou a França. Cumpre lembrar que, conforme mencionado anteriormente, os custos militares cresciam exponencialmente, sendo a maior potência, via de regra, a mais exigida por ter que apresentar capacidades maiores do que os rivais a fim de garantir sua primazia.

Sobre a existência de várias frentes potencialmente conflituosas, de forma mais detalhada, vale tomar nota que a França se encontrava territorialmente cercada por vizinhos cujas pretensões, ambições e cujos interesses iam de encontro à geoestratégia do país, como por exemplo, os domínios Habsburgo, os territórios germânicos e as regiões sensíveis aos interesses britânicos e russos. Outrossim, a iminência de conflitos com potências marítimas evidenciou o efeito da pulverização dos recursos, da energia e da atenção dos franceses entre a terra e o mar, o que significou, entre outras causas, por certo, o enfraquecimento das capacidades em ambas as frentes. Como mostra Kennedy:

Apenas na guerra de 1778-1783, ao apoiar os rebeldes americanos no hemisfério ocidental mas abstendo-se de qualquer movimento em direção à Alemanha, a França conseguiu humilhar o seu inimigo britânico. Em todas as outras guerras nunca os franceses gozaram a luxúria da concentração estratégica – e sofreram por causa disso. [...] Só quando as suas energias foram transformadas pela Revolução e, depois, brilhantemente desenvolvidas por Napoleão, conseguiu a França impor as suas ideias ao continente – por um tempo. Mas mesmo então o seu sucesso foi temporário, e nem o maior gênio militar poderia assegurar o controle francês permanente da Alemanha, Itália e Espanha, para não falar da Rússia e da Grã-Bretanha. (KENNEDY, 1997, p. 120-121)

[...] a segurança das Ilhas Britânicas e a sua relativa prosperidade, por um lado, e a natureza excessivamente extensa e crescentemente ávida do Governo francês, por outro, interagiram por fim para derrubar o império de Napoleão. (KENNEDY, 1997, p.169]

A assertiva de Kennedy acerca da “relativa prosperidade” da Grã-Bretanha abre caminho para tratarmos da ascensão e consagração da *Pax Britannica*. Para tanto, partimos da seguinte constatação: “[...] a arrogância de Napoleão e a sua recusa de compromissos asseguraram não só a sua queda, como também a suprema vitória do seu maior inimigo” (KENNEDY, 1997, p.173). Por outro prisma, Benoît Pellistrandi infere que: “[...] o Reino Unido é, no século XIX, a primeira potência mundial. A sua resistência à Napoleão fez dele o árbitro da Europa em 1815” (PELLISTRANDI, 2002, p.124).

Como detalhado na primeira parte deste ensaio, com o Congresso de Viena (1815), nascia uma nova ordem internacional europeia ou, ao menos, uma tentativa nessa direção. Em tese, não havia espaço para um novo *hegemon*. Entretanto, não nos parece exagero afirmar, consoante o argumento de Kennedy, que as potências permaneciam dispostas a fazer valer seus poderes umas sobre as outras, a julgar pela força do duplo princípio que ficou conhecido por *checks and balances*.⁵ Nesse diapasão, Londres desponta como novo centro financeiro da economia-mundo capitalista. Uma particularidade dessa fase de projeção da Grã-Bretanha salta aos olhos quando imergimos na literatura, a saber: a política inglesa para a Europa era diametralmente oposta à política inglesa direcionada para o restante do mundo que se integrava ao sistema europeu. Pellistrandi é enfático ao descrever a ênfase da diplomacia britânica no continente em vigiar o equilíbrio europeu, ao passo que, para o mundo não europeu, a toada era outra, em virtude de seus interesses extramuros. (PELLISTRANDI, 2002, p.124). Talvez esteja nessa especificidade do projeto inglês a resposta para a viabilidade da *Pax Brittanica*, ou seja, na estratégia de projeção externa ao continente europeu respeitando, por assim dizer, a *pentarquia* formada pelo Concerto Europeu e suas premissas anti-hegemônicas.

Não menos contundente é a reflexão de Kennedy a respeito das capacidades desenvolvidas pela Grã-Bretanha, qual seja:

Apesar de escritos recentes que puseram em questão a taxa de crescimento da economia britânica no século XVIII, permanece o fato de que a expansão transoceânica dera ao país acesso incontestável a uma imensidão de novas riquezas de que os seus rivais não podiam desfrutar. Controlando a maior parte das colônias da Europa em 1815, dominando as rotas marítimas e o lucrativo comércio de reexportação e bem à frente das outras sociedades no processo de industrialização, os Britânicos eram agora a mais rica nação em termos de rendimento *per capita*. Durante o próximo meio século [...], eles viriam a tornar-se ainda mais ricos, à medida que a Grã-Bretanha crescia, tornando-se a ‘economia superdominante’ da estrutura comercial mundial. (KENNEDY, 1997, p.173)

Dotado de características conjunturais – como se pode observar na citação acima – e estruturais, o contexto liderado pelos britânicos deixava uma marca indelével na Idade Moderna e, por via de consequência, na Idade Contemporânea. Digamos que, em termos de estrutura, essa marca passa pela consagração de uma crescente e inexorável economia global integrada, liberta das ideias e das práticas mercantilistas agora substituídas, ainda que não plenamente, pelas alargadas concepções de livre comércio e de estabilidade no ambiente internacional.

Esse conjunto de fatores – o crescimento da economia internacional, as forças produtivas liberada pela revolução industrial, a estabilidade relativa da Europa, a

⁵ Para maiores detalhes sobre o sistema de *checks and balances* ver: RICHARDSON, Elliot. *Checks and balances in foreign relations*. **The American Journal of International Law**, Cambridge, v. 83, n. 4, out. 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2203361>. Acesso em: 10 jan. 2022.

modernização ao longo do tempo da tecnologia militar e naval e a ocorrência de guerras meramente locais e de curta duração – favoreceram naturalmente algumas das grandes potências mais do que outras. De facto, [...] a Grã-Bretanha, beneficiou[-se] tanto com as tendências gerais econômicas e geopolíticas do período posterior a 1815 que se tornou um tipo de potência diferente das outras. Todos os outros países foram afetados, por vezes muito gravemente, na sua força relativa. Contudo, na década de 1860, a maior expansão da industrialização estava a começar a mudar mais uma vez o equilíbrio das forças mundiais. (KENNEDY, 1997, p.179)

Ao referir-se à Grã-Bretanha como uma potência diferente das demais, o professor lembra que, ao contrário de seus antecessores, no que diz respeito aos experimentos hegemônicos Habsburgo e francês, a Grã-Bretanha não depositou tanta energia em campanhas e operações militares. Com efeito, a *Pax Brittanica* deveu-se ao setor naval, aos domínios coloniais e às finanças, sendo certo o protagonismo do contínuo desenvolvimento industrial e comercial nessas três frentes.

Se o projeto inglês se mostrou diferente do projeto de seus antecessores no que tange às capacidades militares, o mesmo não se pode dizer de sua perenidade. Da mesma forma que o império Habsburgo e francês, também declinou o império britânico, dando lugar a um novo projeto hegemônico, desta vez nascido fora do continente europeu.

Uma leitura acurada das razões que levaram ao fim da *Pax Brittanica* implica na consciência de que, assim como a Grã-Bretanha, outras nações também se desenvolveram na esteira da industrialização e da conseqüente mudança de paradigma em todas as esferas internas e externas aos Estados. Pode parecer paradoxal, mas o custo da ascensão inglesa foi o fomento de tantas outras economias nacionais e, como resultado, a perda da primazia internacional.

Além da paradoxal competição deslançada pela própria Grã-Bretanha, culminando na ascensão dos Estados Unidos, outro fator ligado ao declínio inglês, apontado por Kennedy, refere-se à crescente dependência britânica do comércio e das finanças internacionais.

O mundo inteiro era a fonte de riqueza da cidade de Londres, o que estava muito bem em tempo de paz; mas qual seria a situação se se chegasse alguma vez a outra guerra entre grandes potências? [...] E não entraria em colapso o sistema bancário e financeiro global, baseado em Londres, no início de outra guerra mundial, visto que os mercados poderiam ser fechados, os seguros suspensos, as transferências internacionais de capitais retardadas e o crédito destruído? Ironicamente, em tais circunstâncias, a avançada economia britânica poderia ser mais seriamente prejudicada do que a de um Estado que fosse menos ‘maturo’, mas também menos dependente do comércio e finanças internacionais. (KENNEDY, 1907, p.193)

Entre 1914 e 1918, as potências europeias sucumbiram. Uma guerra programada para ser ganha em alguns poucos meses e para restaurar o equilíbrio de

poder no continente durou quatro anos e estampou a derrota até mesmo daqueles que dela saíram formalmente vitoriosos, como foi o caso da Grã-Bretanha.

A Pax Americana

Os americanos só apoiarão a Pax Americana se ela promover valores que creiam ser compartilhados por toda a humanidade, mas é exatamente uma paz assim que a maioria da humanidade considerará a mais opressora. (GRAY, 2004, p. 119-120)

Ex-colônias inglesas, os Estados Unidos formam um país independente desde 1776. Desde então, esse Estado norte-americano aumentou tanto em tamanho, em virtude da expansão territorial levada a cabo durante o século XIX, quanto em relevância, tendo em vista sua participação na dinâmica internacional, fortemente ancorada no acesso às matérias-primas, para efeito de produção industrial, e aos mercados consumidores dessa produção. Embutida nessa dinâmica, mas não menos importante, está a lógica competitiva, inerente ao sistema, até então circunscrita aos Estados europeus.

De partida, a despeito das investidas inglesas, no sentido de retomar o controle sobre suas ex-colônias, e do ressentimento que ex-colonos nutriam pela ex-metrópole, Paul Kennedy constata que: “[...] o fluxo de capital e indústrias britânicas para os Estados Unidos e o fluxo de retorno de matérias-primas americanas (sobretudo o algodão) ligavam as duas economias cada vez mais uma à outra e estimulavam ainda mais o crescimento econômico americano” (KENNEDY, 1997, p.215).

Não nos parece arriscado mapear os passos da projeção internacional dos Estados Unidos a partir da chamada doutrina Monroe, de 1823, segundo a qual qualquer tentativa de recolonizar ou de realizar novas conquistas territoriais na América seria interpretada como provocação. Naquele momento, os Estados Unidos se apresentavam como defensores do Novo Mundo, praticamente livre dos colonizadores, e deixavam claro o quanto os interesses nacionais dos Estados europeus iam de encontro aos interesses nacionais dos estadunidenses.

Dito isto, deixemos de lado os desafios internos, a exemplo dos debates em torno da expansão territorial a Oeste; da Guerra Civil, ocorrida entre 1861 e 1864, motivada pela secessão de alguns estados da federação; e da crise econômica que, em 1894, transformou-se em depressão, e sigamos o protagonismo dos EUA para além de suas fronteiras, o que resultou na sua ascensão como grande potência e, por fim, na consolidação da *Pax Americana*. Vale ressaltar que, sob a ótica de Kennedy:

[...] já antes da Guerra Civil em Abril de 1861, os Estados Unidos se tinham tornado num gigante econômico, embora a sua distância em relação à Europa, a concentração sobre o seu desenvolvimento interno (mais do que no comércio externo) e a natureza desigual do território disfarçassem em parte esse fato. (KENNEDY, 1997, p. 216)

Nesse contexto, no final do século XIX, mergulhados na depressão econômica, os Estados Unidos encontraram na política externa ao continente americano uma via para a solução de seus problemas.

Nesse cenário conturbado, os Estados Unidos adotaram uma posição imperial como busca de saídas para a longa crise doméstica. O governo McKinley (1897-1901) imprimiu profundas transformações na política externa dos Estados Unidos, com a adoção de posturas agressivas no cenário internacional e sinalização às potências europeias de que o país defenderia os seus interesses, se necessário, pela guerra. [...] Para Williams A. Williams, nesse momento, os estados Unidos adotaram o imperialismo econômico como eixo da sua política externa. Pressionado pela crise doméstica gerada pelas altas taxas de crescimento econômico associadas à incapacidade de consumo doméstico do excedente de produção, o país passou a empregar o peso da sua economia e da sua força militar para abrir os mercados externos. (MUNHOZ, 2009, p.249)

Se a América já estava incluída na estratégia norte-americana via doutrina Monroe, restava ao país elaborar outros mecanismos de inserção, de caráter extracontinental, para lidar com os desafios impostos pela depressão econômica. Com esse fim, foi criada a *Open Door Policy* (1899-1900), a qual habilitava a candidatura dos Estados Unidos à corrida imperialista que marcou fortemente o século XIX, cuja dianteira era britânica. Formulada a partir das contribuições do então secretário de estado John Jay, a *Open Door Policy* era, inicialmente, direcionada à China. Seu eixo principal girava em torno do interesse estadunidense em participar dos ganhos que as potências europeias experimentavam no país asiático. Para tanto, a justificativa baseou-se na defesa da igualdade de condições para todas as nações que tivessem a perspectiva de negociar com a China. Ainda com Munhoz, segue o desdobramento dessa política:

De início, a *Open Door* demandava as condições para que os Estados Unidos pudessem participar da disputa imperialista, mas, em breve, tornou-se o eixo da sua política externa. Para alguns autores, a fusão da *Open Door* com a doutrina Monroe tornou-se o alicerce da política externa dos Estados Unidos na segunda metade do século XX: a doutrina Truman. (MUNHOZ, 2009, p. 250)

Para a América Latina, a interseção entre a doutrina Monroe e a *Open Door Policy*, entrou na literatura como parte do denominado corolário Roosevelt, haja vista a mudança de orientação da política externa para a região após o assassinato de William McKinley, em 1901, e a chegada de seu vice, Theodore Roosevelt, ao posto mais alto da nação. O anúncio da intervenção na República Dominicana, em 1904, frente à crise que este país atravessava junto aos credores internacionais, não só estampou o perfil imperialista do novo presidente dos EUA como atestou o início de uma sequência de violações à soberania dos Estados latino-americanos, com vistas à garantia dos interesses estadunidenses no subcontinente. Do *Big Stick* à Política da

Boa Vizinhança, passando pela Diplomacia do Dólar, as diversas narrativas utilizadas para justificar as intervenções norte-americanas nos países da América Latina fizeram parte do projeto de poder estadunidense. A bem da verdade, internamente, durante a primeira metade do século XX, o país precisou lidar com diferentes olhares acerca da atuação dos EUA na esfera internacional. A clivagem isolacionistas *versus* universalistas representa bem a divisão que se formou. Os primeiros defendiam o não envolvimento norte-americano nos conflitos internacionais, sendo certa a preocupação com a Europa, por eles considerada decadente, e com os cofres públicos. Já os universalistas acreditavam que, na condição de grande potência, era preciso defender os próprios interesses, como faria qualquer outra potência de igual magnitude, sem restrições territoriais ou financeiras. A julgar pela escalada das tensões na Europa, no final do século XIX, seguida da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e da entrada dos Estados Unidos no conflito, ainda que tardiamente, resta claro que a balança pendeu para o segundo grupo. Segundo Munhoz:

Ao final do conflito, embora vitoriosas, Inglaterra e França encontravam-se econômica e socialmente combalidas. Além disso, elas haviam se tornado devedoras dos Estados Unidos, que já eram a maior economia do planeta. [...] Assim, os Estados Unidos emergiam da guerra como a maior potência industrial e como o maior credor internacional. Os estados Unidos apresentaram os 14 pontos do presidente Wilson e indicaram ao mundo as balizas para uma nova arquitetura de poder mundial. (MUNHOZ, 2009, p.253)

Às crises e às incertezas do imediato pós-Primeira Guerra Mundial, somava-se o regime instituído a partir da Revolução Russa (1917), o qual se mostrava desafiador para as elites capitalistas mundiais. Nesse contexto, a nova arquitetura de poder mundial idealizada pelos Estados Unidos, referida por Munhoz, incluía entre outras premissas a certeza da falência do modelo europeu, baseado na balança de poder, responsável pelo desequilíbrio entre as potências, bem como a crença em um modelo alternativo, fundamentado na segurança coletiva. Nascia, assim, a Liga das Nações e, junto com ela, a tentativa norte-americana de construir as bases para uma nova ordem internacional. Paradoxalmente, o criador não fez parte da criação, o que exprimiu a vitalidade do embate entre isolacionistas e universalistas, e fez com a Liga das Nações seguisse entre erros e acertos sem a participação dos Estados Unidos.

A década de 1920 tem um lugar especial na compreensão do processo histórico sobre o qual estamos debruçados. De um lado uma Europa destruída e endividada em decorrência da guerra, de outro lado, os Estados Unidos credores e prósperos vivendo os Loucos Anos 20. Em 1929, a euforia norte-americana e a incipiente recuperação europeia deram lugar ao desespero.

O estopim da crise veio dos Estados Unidos, onde a situação econômica apresentava os mesmos sintomas da economia mundial. Havia superprodução de matérias-primas e alimentos que derrubava os preços e reduzia o poder de compra da população rural. E havia euforia nos investimentos industriais para produção

de automóveis e produtos elétricos. Em outubro de 1929, o mercado percebeu o descolamento entre o crescimento industrial e a capacidade de consumo do mercado. O resultado foi uma recessão severa que atingiu o mundo todo. (LOHBAUER, 2012, p.55)

As respostas à Grande Depressão da década de 1930 ganharam distintos matizes. E sob o risco de extremo reducionismo, visando não fugir da discussão aqui proposta, apontamos para a escalada dos fascismos na Europa, com ênfase no estabelecimento do regime nazista, na Alemanha, e para o recrudescimento das relações entre alguns Estados europeus diante da política alemã levada a cabo por Adolf Hitler. Em 1939, a Europa mergulhava em uma nova guerra e, mais uma vez, os Estados Unidos não se envolveram de imediato. A entrada dos estadunidenses na Segunda Guerra Mundial, após o ataque japonês à base de Pearl Harbor, em 1941, carrega uma pluralidade de causas, mas fato é que tanto a entrada dos Estados Unidos quanto a da União Soviética, quase simultaneamente, foram decisivas para a derrota alemã e a consequente vitória dos aliados. Além da frente ocidental da guerra, os EUA também se lançaram contra o Japão e, em nova demonstração de capacidades, provocou a rendição da potência oriental após o lançamento de uma bomba atômica sobre Hiroshima e uma sobre Nagasaki. Mas esse não é o último obstáculo imposto ao projeto hegemônico norte-americano, pois ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o sistema internacional ganhou contornos de bipolaridade, tendo de um lado os Estados Unidos e de outro lado a União Soviética, ambos disputando não apenas a exclusividade do *status* de superpotência mas também o destino da economia-mundo capitalista.

Durante a segunda metade da década de 1940, a tensão entre Estados Unidos e União Soviética levou ao período conhecido como Guerra Fria. As duas superpotências em questão atravessaram momentos que poderíamos qualificar como tensos e flexíveis, mas não abriram mão de seus projetos de poder enquanto durou a Guerra Fria. Para José Flávio Sombra Saraiva:

Os Estados Unidos reuniam todas as condições para impor sua multilateralidade econômica ao mundo, como também o seu projeto de poder ocidental. A União Soviética, embora tenha saído enfraquecida militarmente, reconstruiu, pedra por pedra, suas cidades e seus exércitos. (SARAIVA, p.195)

No final da década de 1980, mais precisamente em 1989, com a derrubada do Muro de Berlim, símbolo da divisão entre o capitalismo liderado pelos norte-americanos e o comunismo soviético, a Guerra Fria escrevia seu último capítulo. E, em 1991, o desmembramento da URSS desafiava a interpretação de estudiosos e demais analistas acerca da nova configuração mundial. Para alguns, desenhava-se um mundo multipolar, para outros nascia a unipolaridade estadunidense. De certa forma, guardadas as devidas proporções, o dilema se estende até os dias de hoje, haja vista a coexistência de múltiplas potências na atual economia-mundo capitalista, cuja planetarização trouxe consigo uma complexidade sem precedentes. Para Samuel

Huntington: “Os Estados Unidos claramente prefeririam um sistema unipolar em que detivessem a hegemonia e frequentemente agem como se tal sistema realmente existisse” (HUNTINGTON, 2008, p.137).

Hoje, quase fechando o primeiro quartel do século XXI, as questões ligadas ao poder global parecem ganhar novos contornos. Talvez já não faça muito sentido oscilar entre a unipolaridade e a multipolaridade do sistema internacional, uma vez que, de uma forma ou de outra, é a preeminência dos Estados Unidos que está sendo colocada em xeque pela China. Por essa lógica, ser o *hegemon* do mundo unipolar ou ser o *primus inter pares* do mundo multipolar não parece fazer grande diferença no que tange ao esforço a ser empreendido pelos norte-americanos no sentido de preservar e garantir o *status quo*. Ao que tudo indica, o gigante oriental não veio para brincar.

Considerações finais parciais revestidas de provocações intermediárias acerca do declínio dos Estados Unidos *vis-à-vis* a ascensão chinesa: atualizando Paul Kennedy

[...] quando um país atinge o nível de poder dos Estados Unidos do pós-Guerra Civil, não resistirá para sempre à tentação de revestir esse poder com importância na arena mundial. (KISSINGER, 2012, p. 21)

Fortalecendo o vigor de sua tese, Paul Kennedy publicou, em setembro de 2021, como aludido na primeira parte deste ensaio, novo artigo sobre a temática. Desta vez, o professor direciona o foco para o possível declínio irreversível dos Estados Unidos frente aos desafios impostos pela ascensão da China. Sabe-se que poucas não foram as vezes que o declínio norte-americano ocupou as pautas acadêmicas, jornalísticas e corporativas, entre outras. A bem da verdade, a relevância dessa discussão se renova, via de regra, em razão da recorrente imposição dos interesses da potência dominante aos demais *players* do sistema internacional nascido a partir da Europa, no século XVI. Para tanto, a potência da vez pode ou não utilizar métodos agressivos, mas, a reboque da reflexão de Henry Kissinger, não há registro histórico de um ator que tenha alcançado o topo do poder, no sistema internacional conduzido pela economia-mundo capitalista, sem traduzi-lo em influência global. (KISSINGER, 2012, p. 20).

A questão norteadora de Kennedy é: a ascensão da China significa a queda dos Estados Unidos? E para desenvolver sua reflexão, o historiador se vale de seus estudos anteriores e os atualiza de forma consistente, o que não nos causa estranhamento dada a qualidade e a lisura de sua obra.

O poder chinês é incontestável, em que pese a ausência de critérios capazes de mensurá-lo sem que seja denunciada falta de transparência na exposição dos dados, sujeitos ao regime autoritário sob o qual vive o país. Contudo, em sendo o poder relativo, presume-se que ser mais ou menos poderoso em relação a outro ou outros já

provoca algum ajuste nas hierarquias entre potências. Daí que, a potência asiática tem sido constantemente apontada como substituta da potência norte-americana, anunciando destarte o fim da *Pax Americana*. Vale registrar que, sob o risco de deslize teórico, não mergulhamos na diferença entre os conceitos de potência e de superpotência por constatar que a atual movimentação no tabuleiro do poder global prescinde dessa distinção. Como diz o subtítulo, trata-se de ensaio interpretativo parcial, mas com a chancela de Paul Kennedy, é claro; e ele não é o único a seguir nessa linha.

Para desenvolver suas reflexões e conectá-las às premissas de sua obra, Kennedy parte de três mudanças, as quais considera significativas na conformação sistema internacional a partir da segunda metade do século XX, são elas: nas relações internacionais, nas forças militares e no poder econômico. A primeira mudança, no âmbito das relações internacionais, se deu com a emergência de múltiplas forças político-estratégicas no pós-Guerra Fria. Da bipolaridade, o sistema internacional caminhou para a multipolaridade, com algo entre quatro ou cinco atores relevantes. Todavia, nenhum deles tem se mostrado capaz de impor, via *hard* ou *soft power*, sua vontade uns sobre os outros. Os Estados Unidos, a China, a Índia e a Rússia, mais precisamente, compõem o quadro traçado pelo autor, seguidos pela União Europeia, Japão, Indonésia e Irã. Não se trata de um retorno ao século XIX ou ao Concerto Europeu, haja vista o espalhamento e a redistribuição do poder mundial por praticamente todo o globo, tornando o sistema internacional bem mais complexo. Diante do exposto, a chance de estabelecer uma bem-sucedida ordem mundial fundamentada em bases exclusivamente ocidentais, como esboçada na *Pax Americana*, é praticamente nula. Nas palavras do pesquisador:

[...] não é suficiente alegar, se for correto, que os Estados Unidos continuam sendo a número um: pois mesmo que seja o maior gorila da selva, é apenas um de um punhado de gorilas! E é irrelevante para o argumento dizer que a posição da Rússia encolheu ainda mais do que a dos Estados Unidos, quando ambos perderam terreno relativamente - que é, afinal, do que trata a teoria realista das grandes potências.⁶ (KENNEDY, 2021)

A segunda mudança, ligada ao poder militar, está alicerçada na perda de capacidades por parte dos Estados Unidos, se comparadas à década de 1980. Além de menor, o autor revela que tanto a Força Aérea quanto a Marinha do país não se renovam e, por assim dizer, não acompanham as transformações no setor. O risco que a potência corre, segundo Kennedy, é o de não conseguir dar conta, militarmente, das diferentes e distantes regiões consideradas de interesse nacional. “[...] os Estados Unidos estão se parecendo um pouco com o antigo modelo dos Habsburgos, possuindo

⁶ No original: “[...] *it simply is not enough to claim, if it is correct, that America remains number one: for even if it is the biggest gorilla in the jungle, it is only one of a bunch of gorillas! And it is irrelevant to the argument to say that Russia’s position has shrunk even further than America’s, when both of them have lost ground relatively—which is, after all, what realist, great-power theory is about.*” (KENNEDY, 2021)

forças armadas grandes, embora cansadas, espalhadas por muitas regiões.”⁷ (KENNEDY, 2021). A título de ilustração, o historiador menciona o quanto dita realidade fica estampada na recente retirada norte-americana do Afeganistão. Outrossim, se é fato que aeronaves tripuladas e grandes navios de superfície não mais farão parte das campanhas militares, em 2040, a vantagem histórica dos Estados Unidos se esvai, pois todas as potências ascendentes, inclusive os norte-americanos, terão que partir do não lugar comum. Ao se referir às potências adversárias, Kennedy aponta para a China, a Rússia e para o Irã. E complementa: “No passado, as revoluções militares tenderam a beneficiar os Estados Unidos; a próxima pode ser que não”⁸ (KENNEDY, 2021). Afirma, ainda, que os atuais gastos com as forças militares, na ordem de 3,5% do PIB, não são suficientes para fazer frente às obrigações assumidas. E que o ideal, cerca de 6% do PIB, dificilmente seria aprovado pelos economistas e congressistas. Fato é que a primazia cobra seu preço e a China pode estar disposta a pagar, ainda que esta primazia seja estritamente regional, o que custaria o fim da ingerência norte-americana naquela circunscrição. Estaria a economia estadunidense preparada para abrir mão de sua influência nessa importante parte da economia-mundo capitalista? Acreditamos que não.

Eis a deixa para a terceira mudança aventada por Paul Kennedy, qual seja: a força econômica relativa. Em que pese a desconfiança sobre suas estatísticas e os questionamentos ligados ao futuro de seu exército de mão de obra, entre outros fatores, a crescente economia chinesa é, sem dúvida, uma das características mais impressionantes do mundo pós-Guerra Fria. Se medida pelo poder de compra, a economia da China se aproxima a passos largos da economia dos Estados Unidos e, em termos gerais, pode ultrapassá-la entre 2027 e 2028, a despeito da pandemia por COVID 19, segundo a Forbes. (GUIMARÃES, 2021) Trata-se de circunstância inédita para o gigante ocidental, uma vez que: “Durante todo o século 20, a economia norte-americana foi, grosso modo, cerca de duas a quatro vezes maior do que a de qualquer uma das outras grandes potências” (KENNEDY, 2021). E, ainda com este autor, basta que os chineses alcancem a metade da renda dos estadunidenses para que a economia da potência asiática se torne duas vezes maior do que a do seu maior adversário, em virtude da combinação entre demografia e prosperidade crescente. Sob a ótica de Kennedy, pouca diferença fará a presidência dos Estados Unidos estar nas mãos de um democrata ou de um republicano. E finaliza: “Talvez, tudo o que o presidente Xi precise fazer, imitando Deng, seja evitar erros e deixar a economia e a capacidade militar da China crescerem, década após década”⁹ (KENNEDY, 2021).

⁷ No original: “[...] *America is looking rather like the old Habsburg model, possessing large though weary armed forces, stretched across too many regions.*” (KENNEDY, 2021)

⁸ No original: “*Military revolutions in the past tended to benefit the United States; the next one may not.*” (KENNEDY, 2021)

⁹ No original: “*Perhaps all that President Xi needs to do, imitating Deng, is to avoid missteps and let China’s economy and military capacity grow, decade after decade.*” (KENNEDY, 2021)

Referências

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

CARNEIRO, Henrique. Guerra dos Trinta Anos. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CERVO, Amado Luiz. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

_____. **História das relações internacionais: de 1919 a 1945**. V. 1. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2013.

_____. **História das relações internacionais: de 1945 aos nossos dias**. V. 2. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2014.

GRAY, John. **Al-Qaeda e o que significa ser moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Solange. China se prepara para assumir a liderança mundial. **Forbes Money**, 5 jun. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/06/china-se-prepara-para-assumir-a-lideranca-mundial/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

HUNTINGTON, Samuel. A superpotência solitária. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso; SILVA, Carlos Eduardo (Org.). **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. 2 ed. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, (1987) 1997.

_____. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, (1992) 1993.

_____. *The future of American power Paul Kennedy on whether China's rise means America's fall*. **The Economist / By Invitation**, 01 set. 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/by-invitation/2021/09/01/paul-kennedy-on-whether-chinas-rise-means-americas-fall>. Acesso em: 05 jan. 2022.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LESSA, Antônio Carlos. **História das relações internacionais I: a Pax Britannica e o mundo do século XIX**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOHBAUER, Christian. **História das relações internacionais II: o século XX: do declínio europeu à era global**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOUGEL, François-Charles; PACTEAU, Séverine. **História das Relações Internacionais: séculos XIX e XX**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2009.

MUNHOZ, Sidnei J. A construção do império estadunidense. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; CABRAL, Ricardo Pereira & MUNHOZ, Sidnei J. (org.). **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

NYE Jr., Joseph S. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Gradiva, 2009.

PELLISTRANDI, Benoît. **As relações internacionais de 1800 a 1871**. Lisboa: Edições 70.

RICHARDSON, Elliot. *Checks and balances in foreign relations*. **The American Journal of International Law**, Cambridge, v. 83, n. 4, out. 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2203361>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ROMANO, Roberto. Paz de Westfália (1648). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História da paz: os tratados que desenharam o planeta**. São Paulo: Contexto, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A agonia europeia e a gestação da nova ordem internacional (1939-1947). In: _____. (org.) **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 16/01/2022

Aprovado em 08/02/2022